

# **NÃO CALAREMOS SOB TEU CORPO**

ESPIONAGEM E VIOLÊNCIA NA DITADURA MILITAR

# Apresentação

## O futuro é agora. Trajetos e disputas pela memória

O passado nunca é um território pacífico. E o futuro é sempre repleto de incertezas. O presente, esse vive e ressoa de disputas, alimenta-se de ecos que atravessam o tempo, revelando-se numa memória coletiva e nos símbolos vivenciais que carregamos individual e coletivamente (Guerra e Alberto, 2019). No caso da ditadura militar brasileira (1964–1985), como nos faz ver Renan Reis, as marcas deixadas por anos de repressão, de vigilância, violência (real e simbólica) e censura tornaram-se não apenas fragmentos de história do país e suas populações, mas também em instrumentos de reflexão e de criação sócio-históricos, especialmente nos campos da sociologia e das artes – acrescentamos. Desta feita, este livro, na nossa opinião, assume-se como um guia de percurso: percurso que é um terreno instável, onde a memória, o poder e a cultura se cruzam de maneira inextricável.

Começemos pelo eixo mnemônico. É verdade que a memória é, como afirma Pierre Nora em “Entre Memória e História: A problemática dos lugares” (1993), um fenômeno essencialmente dinâmico e diversificado na sua gênese e manifestações, sendo o mesmo composto por aqueles que são os lugares de memória individuais e coletivos, que não apenas preservam o passado, mas que o reinterpretam de forma continuada. A este respeito, consideramos de relevo evidenciar o papel

de obras como a de Cornejo *et al.* (2020) que transcendem a historiografia tradicional ao explorar a memória como um campo dinâmico e conflituoso, através da qual o ato de recordar não apenas reconstrói eventos passados, mas também posiciona os sujeitos na esfera pública contemporânea.

Aliás, este é um buslís deste livro com que nos presenteia Renan. Paralelamente, no Brasil, museus como o do Aljube reiteram-nos que a preservação de arquivos da repressão e dos movimentos por justiça histórica ilustram os modos como o passado ditatorial é disputado e ressignificado, na medida em que não se trata apenas de lembrar, mas também evitar que o esquecimento se torne um ato político que perpetua injustiças. Como podemos ler em Farinha (2022, p. 5),

O início do séc. XXI ficou marcado pela reivindicação do Direito à Memória, levada a cabo por “grupos promotores da Memória” e por ex-resistentes, ex-presos políticos e perseguidos pelo regime ditatorial.

Por outro lado, Michel Foucault, em “Vigiar e Punir” (2013), revela os meios através dos quais o poder disciplinar estrutura sociedades modernas. Com efeito, nas nossas leituras, consideramos que o presente livro enquadra, quer teórica quer empiricamente o conceito de biopolítica enquanto elemento essencial para compreender como o regime militar brasileiro implementou sistemas de vigilância, de repressão e de controle, criando o que Renan Reis denomina neste livro de “a hidra de mil olhos”. Este termo, emprestado da mitologia grega, onde a Hidra de Lerna era um monstro com múltiplas cabeças e cuja regeneração simbolizava um perigo quase indestrutível, no contexto político ditatorial brasileiro, os “mil olhos” enfatizam a onipresença da vigilância estatal, sugerindo que ninguém escapava ao olhar atento do regime. Esses olhos não apenas espreitavam e controlavam, mas moldavam comportamentos, promoviam autocensura e disseminavam medo.

A este respeito, também nos pareceu importante, no escopo desta apresentação, retomar os contributos da sociologia de Bauman que, por conseguinte, também ilumina o nosso entendimento sobre os legados autoritários. Em “Modernidade e Holocausto”, Bauman (1998) reflete sobre como os sistemas de poder burocráticos podem, paradoxalmente, emergir de sociedades que se pretendem organizadas e racionais. Logo, podemos arguir que a continuidade de estruturas de repressão após a abertura política no Brasil é exemplo disso, evidenciando que o autoritarismo não desaparece completamente, pelo contrário, ele adapta-se e reconfigura-se para permanecer funcional.

Outrossim, a memória não é apenas um campo de disputa sociopolítica, aliás, ela é também uma arena criativa (Olick e Robbins, 1998; Glover *et al.*, 2013). A arte, desde o período ditatorial brasileiro até a atualidade, tem desempenhado um papel crucial na resistência e no resgate de narrativas silenciadas (Guerra e Alberto, 2021). Um exemplo charneira é, por exemplo, o cinema de Glauber Rocha e de outros cineastas do Cinema Novo que denunciou a violência do regime ao passo que explorava os dilemas existenciais e sociais da nação. Também a música, noutro registo artístico, através da voz de artistas como Chico Buarque e Caetano Veloso, canalizou os anseios de liberdade e os lamentos da repressão da população brasileira em geral, e da massa artística criadora em específico. Mais recentemente, podemos ainda enunciar exposições como as do Memorial da Resistência em São Paulo e que traduzem a angústia do período em experiências sensoriais que conectam os visitantes aos sentimentos de medo e opressão (Guerra, 2020).

A literatura também é um espaço próprio de resistência e de memória, e a este nível discorremos acerca dos contributos de Lygia Fagundes Telles, que em “As Meninas”, publicado em 1973, nos conta as histórias vivenciais de três jovens durante o período de repressão brasileira e que nos oferece amiúde um retrato pungente das contradições da juventude sob o regime militar. Assim, as artes visuais, a música e a literatura têm mantido a memória viva, muitas vezes oferecendo

*insights* mais profundos e emocionais do que aquelas que são as narrativas formais da historiografia ou da política (Guerra, 2024).

Este livro do Renan, portanto, é mais do que um testemunho histórico ou uma análise acadêmica. Após a sua leitura, aferimos que ele é um convite mais amplo à reflexão sobre como construímos as nossas narrativas coletivas e como o poder possui a capacidade de moldar essas histórias. É também uma lembrança de que a vigilância e o controle não terminaram com o fim da ditadura, e que na contemporaneidade, vivemos ainda sob novas formas de repressão, muitas vezes tecnológicas, mas igualmente estruturais, como o capitalismo de vigilância descrito por Shoshana Zuboff (2023).

Por fim, é uma chamada de atenção. A memória, como o autor nos demonstra, nada mais é do que um campo de disputas que exige um envolvimento e contestação contínuos. Cabe a cada um de nós, individual e coletivamente, ao cruzar as páginas deste livro, destas memórias, fazer parte da luta para que o esquecimento não apague as lições do passado. É na tensão entre o recordar e o resistir que podemos, enfim, imaginar uma sociedade livre, onde a arte – adentramos – e a memória servem ao propósito de serem forças motrizes de transformação (Guerra e Quintela, 2024).

Desejo que esta obra inspire o leitor, não apenas no entendimento, mas também na criação de novos olhares, novas linguagens e novos futuros.

Porto, 2025.

**Paula Guerra**

Professora Associada da Universidade do Porto